

Demonstrações financeiras

PCH Senhora do Porto S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

PCH Senhora do Porto S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Perfil Corporativo

A PCH Senhora do Porto S.A. (“Companhia” ou “PCH Senhora do Porto”) é uma sociedade composta por ações de capital fechado, subsidiária integral da Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”). A Companhia foi criada com a finalidade de implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) Senhora do Porto, situada no município Senhora do Porto, no Estado de Minas Gerais, na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da Usina é de 12 MW.

Toda sua energia é considerada “limpa” por ser gerada exclusivamente por fonte hidráulica. Possui capital fechado e tem como acionistas as empresas (i) Brasal Energia S/A (51%); (ii) CEMIG Geração e Transmissão S/A (49%).

As obras começaram efetivamente após a assinatura do Contrato de Engineering, Procurement and Construction (“EPC”) com o Consórcio Construtor PCHs Guanhães (“CCPG”) em setembro de 2012.

A Companhia possui contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado (“ACR”) devido a participação no 22º Leilão de energia ocorrida em 21 de agosto de 2015, cuja Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, garantindo o direito de firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”). A energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018.

A PCH Senhora do Porto foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1176, de 27 de maio de 2018 e nº 1761, de 06 de agosto de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

Em 22/09/2025, por meio da Carta GNE nº 083/2023, a companhia comunicou a indisponibilidade da PCH Senhora do Porto, informando que a paralisação temporária das unidades geradoras ocorreria em razão do avanço das obras de reforma e de melhoria das condições de estabilidade global das estruturas civis, bem como da execução de manutenções eletromecânicas nas unidades geradoras. As intervenções em curso possuem caráter preventivo e corretivo, decorrendo de estudos técnicos de estabilidade e de revisões periódicas de segurança (RPS 2024), e visam melhorar as condições de estabilidade global das estruturas e aumentar o nível de segurança operacional do vertedouro, de forma a continuar a atender plenamente as exigências da Lei nº 12.334/2010 (Política Nacional de Segurança de Barragens) e Resolução Normativa ANEEL (REN) nº 1.064/2023.

Além das intervenções corretivas e preventivas, haverá a adequação eletromecânica do dispositivo de vazão residual da PCH Senhora do Porto, com objetivo de manter a disponibilidade contínua desse dispositivo para operação, algo que trará ganhos operativos para a usina e, por conseguinte, ao sistema. A adequação do dispositivo de vazão residual propiciará a eliminação do vertimento turbinável e o vertedouro passará a ser utilizado apenas para a passagem de cheias. A existência do dispositivo de vazão reduzida permitirá o pleno aproveitamento do recurso hídrico para a geração de energia, sem perda de vazão pela superfície vertente do vertedouro.

O cronograma das atividades de adequação civil e mecânica ocorrerão dentro do período de até um ano, o que possibilitará a PCH Senhora do Porto retomar o fluxo normal de operação.

Considerando que, o conjunto de atividades proporcionará um ganho operativo, a ANEEL já se manifestou em reunião que não irá aplicar nenhuma penalização quanto a operação comercial e medição de indicadores de desempenho durante esse período.

Em 2026, os esforços estarão destinados ao restabelecimento à condição normal de operação da usina. Todas as atividades de reconstrução seguirão respeitando os prazos estabelecidos com o órgão regulador, de forma a não incorrer em riscos de suspensão da operação comercial, o que permite a usina se manter no MRE e usufruir dos seus benefícios

A empresa vem cumprindo com todas as obrigações do Plano de Segurança de Barragem (PSB), conforme estabelecido no Resolução Normativa (REN) nº 1.064, de 2 de maio de 2023, tendo cumprido já em janeiro os simulados de emergência com a população local, defesa civil e órgãos municipais, instalação de sirenes e outras ações.

Desempenho Operacional

Ano	Energia Contratada Total (MW médio) (*)
2023	6,5
2024	6,5
2025	6,5
2026	6,5
2027 a 2047	6,5

Em 2025, o volume de venda no ACR foi de 6,5 MWmédios, o mesmo se comparado a 2024.

Desempenho financeiro

Informações Financeiras Seleccionadas (R\$ M)	2025	2024	Variação 2025/2024
Receita Operacional Líquida	18.397	17.564	4,7%
Despesa Operacional (+) Depreciação e amortização	-11.796	-10.193	15,7%
Lucro Bruto	6.601	7.371	-10,4%
Outras Receitas e Despesas	-896	-825	
Resultado Financeiro	-1.990	-1.239	60,6%
Resultado antes do Imposto	3.715	5.307	-30,0%
IR/CSLL	-630	-929	-32,2%
Lucro Líquido	3.085	4.378	-29,5%
Margem EBITDA	36%	42%	-14,5%

Em 2025, a PCH Senhora do Porto teve o seguinte desempenho econômico: (i) receita líquida de R\$ 18.397 mil, 4,7% acima da realizada em 2024 em decorrência do reajuste anual dos contratos; (ii) despesa com compra de energia de R\$ 4.490 mil, 73% acima de 2024. Tal fato ocorreu devido a novas Funções de Custo Futuro dos modelos NEWAVE e DECOMP para o cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) a partir do dia 02/03/2025. (iii) despesa operacional de R\$ 2.972 mil, 9,3% menor do que o registrado no ano anterior, devido principalmente pelo replanejamento de atividades para 2026; (iv) EBITDA de R\$ 10.256 mil, 7,7% menor do apurado em 2024 e (v) Lucro Líquido de R\$ 3.085 mil ante R\$ 4.378 mil reportado em 2024.

Endividamento

A dívida líquida totalizou um valor de R\$ 14,8 milhões em 2025. O saldo da dívida está em R\$ 18,4 milhões, restando 56 parcelas, com conclusão em 2030.

Investimentos

Em 2025, a Companhia aumentou seu volume de investimento, totalizando R\$23.069. Foram realizados investimentos relevantes para a PCH Senhora do Porto, principalmente em função de obras voltadas para atividades de segurança de barragem e obras para restabelecimento da condição normal de operação.

Responsabilidade com o meio ambiente

A Companhia é comprometida com a utilização racional e adequada dos recursos naturais, com a análise das vulnerabilidades frente à mudança do clima e com a mitigação de impactos, conforme expresso em sua Política Ambiental e nos Compromissos com o Meio Ambiente e o Clima.

A PCH Senhora do Porto atende à legislação ambiental e aos compromissos ambientais assumidos. Possui Programas Ambientais que foram implementados ao longo do período de implantação do empreendimento e que seguem em andamento durante a operação da usina, como ações de reflorestamento, preservação da biodiversidade e garantia da qualidade da água.



**Shape the future
with confidence**

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - salas 104 e 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e aos Administradores da

PCH Senhora do Porto S.A.

Dores de Guanhões - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PCH Senhora do Porto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a



**Shape the future
with confidence**

data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alexandre Dias Fernandes', written over a faint, larger version of the same signature.

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O

PCH Senhora do Porto S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.177	1.333
Concessionárias, permissionárias e clientes	6	2.173	2.134
Tributos a recuperar		282	131
Outros créditos		319	240
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		4.951	3.838
Outros créditos		-	151
Aplicações financeiras e numerários restritos	5	1.322	1.355
Depósitos Judiciais		553	553
Imobilizado	7	110.216	91.478
Intangível		206	218
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		112.297	93.755
TOTAL DO ATIVO		117.248	97.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Senhora do Porto S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores	8	2.837	2.815
Financiamentos	9	3.934	3.836
Tributos a recolher		561	679
Dividendos a pagar	10	-	4.539
Outros débitos		32	31
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		7.364	11.899
Financiamentos	9	14.425	17.900
Dividendos a pagar	10	5.578	-
Parcelamento de tributos		495	587
Outros débitos		706	725
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		21.204	19.212
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10		
Capital social		76.687	61.832
Adiantamento para aumento de capital		5.298	-
Reserva Legal		645	491
Reserva de retenção de Lucros		6.050	4.159
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		88.680	66.482
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		117.248	97.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Senhora do Porto S.A.

Demonstração do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA LÍQUIDA	11	18.397	17.564
CUSTO DA OPERAÇÃO	12	(11.796)	(10.193)
LUCRO BRUTO		6.601	7.371
DESPESA DA OPERAÇÃO	13	(896)	(825)
Despesas gerais e administrativas		(896)	(825)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		5.705	6.546
RESULTADO FINANCEIRO	14	(1.990)	(1.239)
Receitas financeiras		194	1.112
Despesas financeiras		(2.184)	(2.351)
LUCRO ANTES DO IR E CS		3.715	5.307
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(630)	(929)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.085	4.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Senhora do Porto S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	3.085	4.378
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	3.085	4.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Senhora do Porto S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva especial de dividendos mínimos não declarados	Reserva de lucros retidos	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	69.885	272	-	668	3.870	-	74.695
Redução de Capital	(8.053)	-	-	-	-	-	(8.053)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	4.378	4.378
Reserva legal	-	219	-	-	-	(219)	-
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	(668)	(3.870)	-	(4.538)
Dividendo mínimo obrigatório não distribuído	-	-	-	1.040	-	(1.040)	-
Reserva de lucros retidos	-	-	-	-	3.119	(3.119)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	61.832	491	-	1.040	3.119	-	66.482
Integralização de Capital	14.855	-	-	-	-	-	14.855
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	5.298	-	-	-	5.298
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	3.085	3.085
Reserva legal	-	154	-	-	-	(154)	-
Dividendo de dividendos intermediários	-	-	-	(1.040)	-	-	(1.040)
Dividendo mínimo obrigatório não distribuído	-	-	-	733	-	(733)	-
Reserva de lucros retidos	-	-	-	-	2.198	(2.198)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	76.687	645	5.298	733	5.317	-	88.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Senhora do Porto S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	9.154	14.188
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	10.108	12.288
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	3.085	4.378
Provisão para IRPJ e CSLL	630	929
Despesas com Juros sobre financiamentos	2.050	2.022
Baixa de ativo imobilizado	6	622
Depreciação do ativo imobilizado	4.325	4.326
Amortização do ativo intangível	12	11
Variações nos ativos e passivos	(954)	1.900
Tributos a recuperar	(151)	2
Depósitos Judiciais	-	-
Concessionárias, permissionárias e clientes	(39)	459
Outros créditos	72	(81)
Fornecedores	22	2.190
Distribuição a pagar	-	-
Tributos a recolher	(216)	(172)
IRPJ e CSLL pagos	(624)	(516)
Outros débitos	(18)	18
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento	(23.036)	16.605
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(23.069)	(8.292)
Aplicação financeiras líquidas	33	24.897
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos	14.726	(30.336)
Distribuição de dividendos	-	(4.538)
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.298	-
Pagamento de juros sobre financiamentos	(1.559)	(1.844)
Amortização de principal de financiamentos	(3.868)	(3.804)
Aumento de capital social	14.855	-
Redução de capital social	-	(20.150)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	844	457
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.333	876
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.177	1.333
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	844	457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PCH Senhora do Porto S.A. (“Companhia” ou “PCH Senhora do Porto”) é uma sociedade composta por ações de capital fechado, subsidiária integral da Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”). A Companhia foi criada com a finalidade de implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Senhora do Porto, situada no Rio Guanhães, Município de Senhora do Porto, no Estado de Minas Gerais. Em 08 de outubro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Senhora do Porto pela Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”), por meio da Resolução nº 545 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A. na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da Usina é de 12,0 MW.

A Resolução Autorizativa nº 2.901, de 17 de maio de 2011, a ANEEL prorrogou o prazo para início das obras civis das estruturas para até 1º de junho de 2012, com início da operação comercial da primeira e segunda unidades geradoras para até 1º de novembro de 2013 e 1º de dezembro de 2013, respectivamente.

A Companhia possui contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado (“ACR”) devido a participação no 22º Leilão de energia ocorrida em 21 de agosto de 2015, cuja Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, garantindo o direito de firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”). A energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018.

O prazo inicial de autorização da Companhia conforme previsto Resolução ANEEL nº 545 é de 30 anos, com vencimento previsto para dezembro de 2032. Contudo, conforme previsto no art. 7º da Lei 12.111, de 09 de dezembro de 2009, o empreendimento de geração de energia elétrica que vier a garantir em leilão o direito de firmar CCEAR terá o prazo de sua autorização prorrogada, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.

Por considerar válidas as prerrogativas que garantem a dilação da concessão até 2047, a Companhia protocolou junto a ANEEL, em 23 de agosto de 2021, pedido de reconsideração para que o cálculo de extensão da concessão já acatada pela Resolução Autorizativa nº 11.715/2022, seja aplicada sobre a extensão do prazo em função das datas de entrada em operação comercial ou extensão do prazo de forma coincidente as datas do leilão. Sobre esse pedido, já temos uma sinalização positiva da ANEEL de concatenação desses prazos, da qual aguardamos a formalização da agência.

A PCH Senhora do Porto foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1176, de 27 de maio de 2018 e nº 1761, de 06 de agosto de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

Em 22/09/2025, por meio da Carta GNE nº 083/2023, a companhia comunicou a indisponibilidade da PCH Senhora do Porto, informando que a paralisação temporária das unidades geradoras

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

ocorreria em razão do avanço das obras de reforma e de melhoria das condições de estabilidade global das estruturas civis, bem como da execução de manutenções eletromecânicas nas unidades geradoras. As intervenções em curso possuem caráter preventivo e corretivo, decorrendo de estudos técnicos de estabilidade e de revisões periódicas de segurança (RPS 2024), e visam melhorar as condições de estabilidade global das estruturas e aumentar o nível de segurança operacional do vertedouro, de forma a continuar a atender plenamente as exigências da Lei nº 12.334/2010 (Política Nacional de Segurança de Barragens) e Resolução Normativa ANEEL (REN) nº 1.064/2023.

Além das intervenções corretivas e preventivas, haverá a adequação eletromecânica do dispositivo de vazão residual da PCH Senhora do Porto, com objetivo de manter a disponibilidade contínua desse dispositivo para operação, algo que trará ganhos operativos para a usina e, por conseguinte, ao sistema. A adequação do dispositivo de vazão residual propiciará a eliminação do vertimento turbinável e o vertedouro passará a ser utilizado apenas para a passagem de cheias. A existência do dispositivo de vazão reduzida permitirá o pleno aproveitamento do recurso hídrico para a geração de energia, sem perda de vazão pela superfície vertente do vertedouro.

O cronograma das atividades de adequação civil e mecânica ocorrerão dentro do período de até um ano, o que possibilitará a PCH Senhora do Porto retomar o fluxo normal de operação.

Considerando que, o conjunto de atividades proporcionará um ganho operativo, a ANEEL já se manifestou em reunião que não irá aplicar nenhuma penalização quanto a operação comercial e medição de indicadores de desempenho durante esse período.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), naquilo que não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulantes.

2.5 Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Administração da Companhia prepara suas estimativas contábeis. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza envolvida no tema poderia levar a resultados que requeressem ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Assim, a preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são:

- Vida útil do ativo imobilizado (nota 3.4);
- Avaliações de indicadores de teste de impairment de ativos financeiros e não financeiros (notas 3.13);
- Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas (notas 3.7.2 e nota 18);

2.6 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 17 - Instrumentos financeiros.

2.6 Declaração de continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos definidos em contratos, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2025, passivos circulantes excedentes aos ativos circulantes no montante de R\$ 2.413 (R\$ 8.061 em 31 de dezembro de 2024) com lucros acumulados de R\$ 6.050 (R\$ 4.159 em 31 de dezembro de 2024).

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

A Administração avaliou a capacidade do Grupo e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins.

3.2 Contas a receber

São mensuradas e registradas ao custo amortizado e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; não há ajustes de componente de financiamento relevante nos recebíveis, pois são liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, e, assim, representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.3 Concessionárias e permissionárias

Incluem o suprimento da energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”). O saldo do contas a receber relacionados a concessionários e permissionárias está sujeito à análise de perdas de créditos esperadas conforme requerido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

3.4 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente ou até o limite da autorização, dos dois, o menor, inclusive os terrenos. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota 7.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

3.5 Ativo intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia.

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

3.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro 2025, foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido, mas após estudo, o resultado da avaliação destacou não haver necessidade de provisão.

3.7 Provisões

3.7.1 Geral

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3.7.2 Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos e na opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.8 Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

3.8.1 Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A receita de operações com venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando a o fornecimento de energia. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (“PLD”).

Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente a geração de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base na geração contratada.

3.8.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente acrescidas dos encargos financeiros incorridos e das respectivas baixas pela liquidação das obrigações.

3.10 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos.

3.11 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A Companhia optou pelo regime de lucro presumido e o imposto de renda e a contribuição social do exercício considerando as seguintes taxas e bases:

- **Imposto de renda:** base de cálculo de 8% sobre a receita da bruta e, acrescidos da receita financeira, alíquota de 15% acrescidos do adicional de 10% quando o lucro presumido exceder R\$60 do trimestre.
- **Contribuição social:** base de cálculo de 12% da receita e alíquota de 9%.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3.12 Instrumentos financeiros

3.12.1 Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros - Classificação, e mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia, de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia, avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.14 Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias que dão aos acionistas direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia, de acordo com suas respectivas participações societárias. Os detentores destas ações têm o direito de receber dividendos conforme definido em Estatuto da Companhia.

3.15 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3.16 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.

Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.

Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Contas bancárias	2.177	1.333
Total	2.177	1.333

Os saldos em conta corrente referem-se a valores disponíveis para pagamentos das obrigações administrativas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o numerário disponível da Companhia não possuía remuneração.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E NUMERÁRIOS RESTRITOS

	31.12.2025	31.12.2024
Não circulante	1.322	1.355
Conta reserva -BNDES (ii)	1.322	1.355
Total	1.322	1.355

Os títulos e valores mobiliários são representados por Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixado e correspondem a:

- (i) Aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. Em sua maioria são atrelados ao CDI.
- (ii) O saldo da “conta reserva - BNDES” está vinculado à garantia dos financiamentos do BNDES. Durante todo o prazo do contrato com o BNDES, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. A aplicação financeira está classificada como não circulante por estar vinculada ao financiamento junto ao BNDES.

A remuneração média das aplicações é de 92,60% do CDI em 31 de dezembro de 2025 e 98 % em 31 de dezembro de 2024.

6. CONCESSIONÁRIAS, PERMISSONÁRIAS E CLIENTES

	31.12.2025	31.12.2024
Comercializadoras	2.173	2.134
Total	2.173	2.134

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui saldo a receber de R\$ 2.173 (R\$ 2.134 em 31 de dezembro de 2024) referente à venda de energia comercializada no leilão A-3.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam créditos vencidos. Não há provisão para crédito de liquidação duvidosa a ser registrada.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

7. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação a.a.	Saldos em 31.12.2023	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências para serviços	Saldos em 31.12.2024	Adições	Baixas	Depreciações	Saldos em 31.12.2025
IMOBILIZADO EM CURSO											
Terrenos		-	-	-	-	-	-	4	-	-	4
Reservatórios, barragens e adutoras		71	5.536	-	-	2.121	7.728	1.572	-	-	9.300
Máquinas e equipamentos		1.657	-	-	-	-	1.657	21.470	-	-	23.127
Moveis e Utensílios		-	10	-	-	-	10	23	(6)	-	27
Total das Imobilizações em curso		1.728	5.546	-	-	2.121	9.395	23.069	(6)	-	32.458
SUBTOTAL EM CURSO		1.728	5.546	-	-	2.121	9.395	23.069	(6)	-	32.458
IMOBILIZADO EM SERVIÇO											
Terrenos	4,06%	347	-	-	(18)	-	329	-	-	(18)	311
Reservatórios, barragens e adutoras	3,99%	57.042	-	-	(2.830)	-	54.212	-	-	(2.830)	51.382
Edifícios, obras civis e benfeitorias	4,01%	12.590	-	-	(625)	-	11.965	-	-	(625)	11.340
Máquinas e equipamentos	4,38%	16.427	2.741	(620)	(852)	(2.121)	15.575	-	-	(852)	14.723
Moveis e Utensílios	6,25%	-	5	(2)	(1)	-	2	-	-	-	2
Total das Imobilizações em serviço		86.406	2.746	(622)	(4.326)	(2.121)	82.083	-	-	(4.325)	77.758
TOTAL DO IMOBILIZADO		88.134	8.292	(622)	(4.326)	-	91.478	23.069	(6)	(4.325)	110.216

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

De acordo com o CPC 01 (R1)/IAS 36 - Redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. Em 31 de dezembro de 2025, foram observados indicativos de que os ativos estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido, mas após estudo, o resultado da avaliação destacou não haver necessidade de provisão. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2024.

8. FORNECEDORES

	31.12.2025	31.12.2024
Compra de energia (a)	665	128
Materiais e serviços (b)	1.640	2.562
Partes relacionadas (c)	532	125
Total	2.837	2.815

- (a) Em caso de eventuais sobras ou faltas de energia, a Companhia recorre ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo (MCP) ou realiza liquidação via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Em 2025, houve aumento da necessidade de compra no MCP.
- (b) A redução de materiais e serviços em 2025 está associado a compras de itens destinados à manutenção da usina, sendo inicialmente classificados em estoques e quando utilizados destinados a uso e consumo ou ativo imobilizado dependendo da aplicação.
- (c) Saldo referente aos valores a pagar das despesas administrativas e gastos com mão de obra de pessoal que são arcadas pela Guanhães Energia S.A.

9. FINANCIAMENTOS

Decorre do saldo de financiamento do contrato firmado com o BNDES, cujos recursos foram utilizados para a construção da PCH, liberados em três subcréditos, conforme características descritas abaixo:

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Financiador	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Total do financiamento	Valor utilizado	Início	Forma de pagamento	Término
BNDES - Subcrédito A	12.02.2014	R\$	TJLP + 1,96%	39.400	39.400	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	12.02.2014	R\$	TJLP + 1,96%	13.900	13.563	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	12.02.2014	R\$	TJLP	500	490	set/15	Mensal	ago/30

Segue abaixo a movimentação do financiamento nos exercícios de 2025 e 2024:

	Circulante						Não Circulante					
	31.12.2025			31.12.2024			31.12.2025			31.12.2024		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Financiamento BNDES	3.149	785	3.934	3.276	559	3.835	11.548	2.877	14.425	14.329	3.572	17.901
Total	3.149	785	3.934	3.276	559	3.835	11.548	2.877	14.425	14.329	3.572	17.901
							Principal	Encargos	Total			
Saldo em 31.12.2023							21.409	3.953	25.362			
Amortização de principal							(3.804)	-	(3.804)			
Encargos, juros e correções							-	2.022	2.022			
Encargos pagos							-	(1.844)	(1.844)			
Saldo em 31.12.2024							17.605	4.131	21.736			
Amortização de principal							(3.868)	-	(3.868)			
Encargos, juros e correções							-	2.050	2.050			
Apropriação de juros ao principal							960	(960)	-			
Encargos pagos							-	(1.559)	(1.559)			
Saldo em 31.12.2025							14.697	3.662	18.359			

As parcelas relativas ao principal do financiamento classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Moeda Nacional				
2025		2024		
2027	3.934	2026	3.835	
2028	3.934	2027	3.835	
2029	3.934	2028	3.835	
Após 2029	2.623	Após 2028	6.396	
Total	14.425	Total	17.901	

A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados a taxas de juros no curso normal de seus negócios. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 16.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Covenants

Os contratos de financiamento com o BNDES firmados pelas PCHs preveem cláusulas restritivas usuais de mercado, incluindo a apuração anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), com mínimo de 1,3. O eventual não atendimento desse indicador pode implicar restrições à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio acima do mínimo legal, além de outras medidas previstas contratualmente.

Em 31 de dezembro de 2025, o ICSD apurado no nível consolidado apresentou-se abaixo do limite estabelecido. Contudo, os índices apurados individualmente por PCH atenderam aos parâmetros contratuais, não caracterizando descumprimento de covenants individualmente, conforme disposto nos respectivos contratos. Nesse sentido, a Companhia solicitou e foi obtido o waiver junto ao BNDES, em 15 de dezembro de 2025, para o referido covenant.

Dessa forma, não houve alteração nas cláusulas contratuais e não houve requerimento de reclassificação das dívidas para o curto prazo em razão de vencimento antecipado.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por recursos financeiros mantidos em conta corrente bancárias da instituição financeira cedente e por avais e fianças dos acionistas. A Administração declara estar adimplente em todas as obrigações contratuais durante os exercícios de 2025 e 2024.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 76.687 (R\$ 61.832 em 2024), representados por 101.821.487 (86.520.457 em 2024) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado, pertencentes à Guanhães Energia, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação
ACIONISTA				
Guanhães Energia S.A.	101.821.487	100	86.520.457	100
Total Geral	101.821.487	100	86.520.457	100

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

b) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a aplicação de 5% do lucro líquido ajustado do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº6.404/76, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reconheceu reserva legal sobre os lucros no montante de R\$ 154.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei.

Com base no § 4º do art. 202 da Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, “Lei das S.A.”, a Companhia concluiu pela não declaração dos dividendos mínimos do exercício de 2024, e sua destinação será validada ao longo do exercício de 2025. Conforme ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, a Companhia constituiu reserva especial referente a tais dividendos que serão distribuídos tão logo sejam avaliados pelo Conselho de Administração.

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2024 era de R\$4.539 e em 31 de dezembro de 2025 era de R\$5.578.

11. RECEITA LÍQUIDA

	31.12.2025	31.12.2024
Suprimento de energia	19.094	18.231
(-) PIS e COFINS	(697)	(667)
TOTAL	18.397	17.564

As receitas da Companhia são oriundas dos contratos de venda de energia celebrados no ambiente de contratação regulado (“ACR”), conforme participação ocorrida no 22º Leilão de Energia Nova promovido pela ANEEL em 21 de agosto de 2015.

Em caso de eventuais sobras ou faltas de energia, a Companhia recorre ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo (MCP) ou realiza liquidação via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

12. CUSTOS OPERACIONAIS

	31.12.2025	31.12.2024
Compra de Energia elétrica (a)	(4.490)	(2.582)
Materiais	(290)	(188)
Encargos e taxas	(216)	(264)
Serviços terceiros	(2.229)	(2.689)
Depreciação	(4.334)	(4.334)
Amortização	(1)	(1)
Outros custos	(236)	(135)
TOTAL	(11.796)	(10.193)

(a) Custo de compra de energia referente à compra bilateral conforme estratégia de comercialização e referente a posição negativa na CCEE, para honrar os compromissos assumidos em contratos.

13. DESPESAS OPERACIONAIS

	31.12.2025	31.12.2024
Pessoal e encargos	(421)	(225)
Administrativas	(71)	(78)
Serviços terceiros	(404)	(522)
TOTAL	(896)	(825)

14. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2025	31.12.2024
RECEITAS		
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários	194	1.112
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	194	1.112
Despesas financeiras	(6)	(75)
Juros de financiamento	(2.050)	(2.022)
Outras despesas	(128)	(254)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(2.184)	(2.351)
RESULTADO FINANCEIRO	(1.990)	(1.239)

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2025	2024
Suprimento de Energia	19.094	18.231
Receitas financeiras	194	1.112
Base de cálculo IRPJ (8% Energia)	1.528	1.459
Base de cálculo receitas financeiras	194	1.112
Total da base IRPJ	1.722	2.571
IRPJ-15%	258	386
Adicional IRPJ- 10%	148	246
Total IRPJ	406	632
Base de cálculo CSLL (12% Energia)	2.291	2.188
Base de cálculo receitas financeiras	194	1.112
Total da base CSLL	2.485	3.300
Total do CSLL - 9%	224	297
Imposto de renda e contribuição social	630	929

As receitas provenientes da venda de energia elétrica sujeitam-se ao percentual de 8% (oito por cento) para determinação da base de cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e 12% para base de contribuição social sobre lucro líquido, no regime de lucro presumido, por se classificarem como receitas auferidas na atividade de venda de mercadorias.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

O quadro abaixo apresenta os principais valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

ATIVO	31.12.2025				31.12.2024	
	Nível	Categoria	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	2.177	-	1.333	-
Aplicações financeiras e numerários restritos	2	VJR	1.322	1.322	1.355	1.355
Concessionárias, permissionárias e clientes	-	Custo amortizado	2.173	-	2.134	-
Total			5.672	1.322	4.822	1.355
PASSIVO						
Fornecedores	-	Custo amortizado	2.837	-	2.815	-
Financiamentos	-	Custo amortizado	18.359	-	21.736	-
Total			21.196	-	24.551	-

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

a) Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo.

Composição das aplicações financeiras e dívidas atreladas à taxa de juros variável:

	31.12.2025		31.12.2024	
	R\$	% da Dívida	R\$	% da Dívida
TJLP	18.359	100%	21.736	100%
CDI	1.322	-	1.355	-

b) Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos financiamentos da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2025. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes:

- Para o CDI no cenário provável a taxa utilizada foi estimada com base nas expectativas do mercado, conforme dados divulgados pelo B3 (em 31 de dezembro de 2025).
- A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas no site do BNDES (em 31 de dezembro de 2025).

Operação	Risco	Provável Cenário (I)	Cenário (II) +25%	Cenário (III) +50%
ATIVOS FINANCEIROS		169	126	84
Aplicações Financeiras	CDI	169	126	84
PASSIVOS FINANCEIROS		1.478	1.847	2.217
Financiamentos - BNDES	TJLP	1.478	1.847	2.217
TOTAL		1.646	1.974	2.301
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
TJLP (Projetado para 31.12.2026)		8,05%	10,06%	12,08%
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI (Projetado para 31.12.2026)		12,75%	9,56%	6,38%

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas originárias de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, por incapacidade destes em cumprirem com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em honrar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados são apresentados na nota explicativa 11.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (inclui juros futuros):

Instrumentos Financeiros Consolidados	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos	983	2.951	14.425	-	18.359
Fornecedores	2.000	837	-	-	2.837

d) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado, cada agente de geração hidráulica, incluindo a PCH, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado.

e) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
Dívidas de empréstimos e financiamento	18.359	21.736
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	2.177	1.333
(-) Aplicações financeiras e numerários restritos (nota 5)	1.322	1.355
Dívida líquida (A)	14.860	19.048
Patrimônio Líquido (B)	88.680	66.482
Percentual de capital de terceiros (A ÷ (B+A))	14%	23%

17. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Em 31 de dezembro de 2025 existe apenas um processo de natureza trabalhista em contingência passiva para o qual a administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que o risco de perda é possível e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

	31.12.2025		31.12.2024	
	Quantidade de processos	Valor total	Quantidade de processos	Valor total
Ações trabalhistas	1	5.377	3 -	5.011
Total	1	5.377	3	5.011

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Segue o resumo das transações com partes relacionadas mantidas e ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Parte relacionada	Valor Original	Data	Data de vencimento ou prazo	Saldo remanescente 31/12/2024
Contrato Comercialização de Energia	CEMIG GT	5.673	jan/18	dez/47	4.159
Contrato Comercialização de Energia					
Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT (Leilão A-3)					
Contrato estratégico	CEMIG GT	2.783	mai/23	set/27	204
Contrato de serviços de Coordenação e Execução da Operação e Manutenção, Operação Teleassistida, Segurança de Barragem e Manutenção Civil, Engenharia de Manutenção de Turbinas e Geradores, Engenharia de Manutenção de Transformadores e Subestações, Análise de óleo no laboratório, Planejamento Energético e Elétrico, Gestão Ambiental e Comercialização de Energia.					
Contrato estratégico	BRASAL	319	nov/22	Indeterminado	-
Contrato tem pro objeto otimizar os processos buscando a centralização de atividades não operacionais como auditoria, controladoria financeira, recursos humanos, jurídico, marketing, consultoria, e tecnologia da informação, denominadas, como "atividades meio", em apenas uma das empresas de um mesmo grupo econômico, permitindo que as demais empresas concentrem seus esforços prioritariamente na consecução de sua atividade fim	PARTICIPAÇÕES				
Contrato de Uso de Rede de Distribuição	CEMIG GT	2.056	mai/19	mai/26	-
Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição da PCH Senhora do Porto com a Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)					

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Vínculo Contratual	Vínculo	Ativo		Passivo		Despesa		Receita	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição da PCH Dores de Guanhães com a Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	CEMIG	-	-	-	-	517	461	-	-
Contrato de serviços de Coordenação e Execução de Operação e Manutenção, Operação Teleassistida, Segurança de Barragem e Manutenção Civil, Engenharia de Manutenção de Transformadores e Subestações, Análise de óleo no laboratório, Planejamento Energético e Elétrico, Gestão Ambiental e Comercialização de Energia.	CEMIG	-	-	185	-	526	489	-	-
Contrato tem por objeto otimizar os processos buscando a centralização de atividades não operacionais como auditoria, controladoria financeira, recursos humanos, jurídico, marketing, consultoria, e tecnologia da informação, denominadas, como "atividades meio", em apenas uma das empresas de um mesmo grupo econômico, permitindo que as demais empresas concentrem seus esforços prioritariamente na consecução de sua atividade fim.	BRASAL PARTICIPAÇÕES	-	-	53	3	155	146	-	-
Contrato de venda de energia	CEMIG	40	38					308	294

Remuneração dos Administradores

Todos os administradores renunciaram a percepção de remuneração anual do exercício apresentado nesta demonstração financeira.

PCH Senhora do Porto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

19. SEGUROS

A Companhia possui seguros corporativos com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar em 31 de dezembro de 2025:

Seguro de riscos operacionais: cobre os danos causados à PCH, com um limite máximo de indenização combinado de danos materiais e lucros cessantes, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, geradores, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos.

Seguro de responsabilidade civil e geral: objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguem abaixo os seguros vigentes em 2025:

Riscos	Data da vigência		Importância segurada	LMI
	De	Até		
Responsabilidade civil e geral	30/11/2025	30/11/2026	N/A	10.000
Risco operacional	30/11/2025	30/11/2026	86.361	111.584

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

20. CONTRATOS DE LONGO PRAZO PARA VENDA DE ENERGIA

A Companhia possui compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia Contratada Total (MW médio) (*)
2026	6,5
2027	6,5
2028	6,5
2029 a 2047	6,5

(*) O montante de energia contratada não faz parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

Os compromissos de venda de energia da Companhia foram contratados conforme as regras do edital publicado pela ANEEL em 21 de julho de 2015.
